

STMC garante votação na Câmara de Vereadores de Adicional Operacional da GM



O Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Campinas (STMC) conseguiu a garantia do governo municipal de empenho na votação e aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 04/2020 ainda neste ano.

O projeto foi encaminhado para a Câmara Municipal ainda na gestão do ex-prefeito Jonas Donizette (PSB) em 2020. A lei cria a Gratificação de Condições de Operacionalidade Ostensiva (GOP) aos guardas municipais. A gratificação não tem natureza permanente e será paga aos trabalhadores que preencherem condições especificadas na lei.

A gratificação corresponderá a 5% do vencimento inicial do nível em que está enquadrado o guarda municipal.

Há muito tempo o Sindicato luta para que o esforço e o risco dos GMs no desempenho de suas funções nas ruas sejam recompensados com uma gratificação. A proposta foi feita após êxito em ocorrência conduzida por guardas municipais em roubo no Aeroporto Internacional de Viracopos, no final de 2019.

Apesar da importância desse reconhecimento, o projeto ainda tramita no Legislativo. É relevante destacar que a Lei Federal nº 173/2020 proíbe a concessão de reajustes salariais, gratificações, bônus e qualquer benefício aos servidores em todo o país, enquanto durar a pandemia. Mas lutamos contra esse congelamento e a valorização dos trabalhadores.

O PLC recebeu uma emenda do vereador Rodrigo da Farmadic (DEM) para que o texto seja votado ainda neste

ano. No dia 16 de novembro, o coordenador do STMC, Lourivam Valeriano, e os diretores Robinson Costa Franco e Anderson Carlos dos Santos participaram de uma reunião com o vereador, o vice-prefeito de Campinas, Wanderley Almeida, a secretária de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, Eliane Jocelaine Pereira, o secretário de Justiça, Peter Panutto, e o secretário de Segurança, Christiano Biggi Dias, para pedir que o PLC seja votado ainda neste ano.

"O objetivo dessa reunião foi cobrar o prefeito Dário Saadi (Republicanos) e todo o governo para o empenho em autorizar a votação do PLC 04/2020 de gratificação dos guardas ainda neste ano. Como ainda não conseguimos derrubar na Justiça a Lei Federal nº 173/20, nós queremos que o projeto seja votado, aprovado e sancionado ainda neste ano com efeitos financeiros a partir de janeiro de 2022", explica Valeriano.

O coordenador do STMC diz que saiu da reunião com a garantia do governo de que o projeto entrará em pauta na Câmara nas próximas sessões do Legislativo. O sindicato continuará cobrando para que os guardas conquistem essa merecida valorização.

Além do Adicional de Gratificação, o STMC também conseguiu, em audiência realizada na Justiça em setembro deste ano, que a Prefeitura atendesse pautas históricas: fazer a correção da base de cálculo de 216 para 180 para os servidores da GMC, evolução funcional em 2022, retorno da averbação de tempo de serviço e sexta parte de trabalho externo.